

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
---------------	---

PARTE I

O PANORAMA DO DIREITO PATRIMONIAL DA FAMÍLIA E DAS SUCESSÕES NO DIREITO BRASILEIRO

A – O PANORAMA DO DIREITO PATRIMONIAL NO ÂMBITO DO DIREITO DE FAMÍLIA.....	19
1. AS DIVERSAS FORMAS DE UNIÕES: CASAMENTO, UNIÃO ESTÁVEL E OUTROS INSTITUTOS AFINS.....	19
1.1. O casamento	19
1.2. A união estável	24
1.3. Outros institutos afins	26
1.3.1. A união estável, o simples namoro e o concubinato.....	26
1.3.2. As uniões simultâneas – uma excepcionalidade em favor do afeto	30
1.3.3. As uniões homoafetivas	33
2. OS REGIMES DE BENS NO CASAMENTO E NA UNIÃO ESTÁVEL.....	39
2.1. Considerações introdutórias.....	39
2.1.1. Regime de bens	39
2.1.2. A administração dos bens durante o casamento ou a união estável	40
2.2. Modalidades.....	48
2.2.1. Regime legal: a comunhão parcial.....	48
2.2.2. Regimes pactuados.....	51
2.2.2.1. Regime da comunhão de bens	51
2.2.2.2. Regime da separação de bens	52
2.2.2.3. Regime da participação final nos aquestos	53
2.2.2.4. Regime obrigatório – separação total ou parcial?.....	54
2.3. Os contratos regulatórios do regime de bens	59
2.3.1. Pactos pré-nupciais.....	59
2.3.2. Contratos de convivência	64
2.3.3. Contrato de namoro	68
2.4. Sociedade comercial entre cônjuges e companheiros.....	69
2.5. A mutabilidade dos regimes de bens	72
2.5.1. No casamento	72
2.5.2. Na união estável.....	76

3.3.2.3.4.	A usucapião familiar	137
3.3.2.3.5.	A não homologação da partilha	141
3.3.2.3.6.	Aspectos tributários	142
B – O PANORAMA DO DIREITO PATRIMONIAL NO ÂMBITO DAS SUCESSÕES		147
1. A SUCESSÃO HEREDITÁRIA.....		147
1.1.	A vocação hereditária	147
1.2.	Aceitação e renúncia da herança	150
1.3.	O direito sucessório dos descendentes	154
1.4.	O direito sucessório dos ascendentes	156
1.5.	O direito sucessório do cônjuge e do companheiro.....	157
1.5.1.	A equiparação do direito sucessório do companheiro àquele regulado em favor do cônjuge.....	157
1.5.2.	O cônjuge e o companheiro como herdeiros necessários	168
1.5.2.1.	A condição de herdeiro necessário do cônjuge	168
1.5.2.2.	A condição de herdeiro necessário do companheiro.....	169
1.5.3.	Pressupostos da condição de herdeiro do cônjuge e do companheiro....	171
1.5.4.	A concorrência com os descendentes	174
1.5.4.1.	Da união celebrada sob o regime legal: a comunhão parcial...	175
1.5.4.2.	Da união celebrada sob os regimes pactuados	179
1.5.4.2.1.	Regime da comunhão de bens.....	179
1.5.4.2.2.	Regime da separação convencional de bens	182
1.5.4.2.3.	Regime da participação final nos aquestos.....	185
1.5.4.2.4.	Regime obrigatório – Regime da separação obrigatória de bens	187
1.5.4.2.5.	O percentual da herança destinado ao cônjuge ou companheiro em concorrência com os filhos.....	189
1.5.5.	A concorrência do cônjuge ou companheiro com os ascendentes	191
1.5.6.	O cônjuge e o companheiro como herdeiros exclusivos	192
1.6.	O direito real de habitação do cônjuge e do companheiro	193
1.6.1.	O direito real de habitação conferido em favor do cônjuge.....	193
1.6.2.	O direito real de habitação do companheiro.....	196
1.7.	O direito sucessório dos colaterais	200
2. INVENTÁRIO E PARTILHA.....		203
2.1.	Inventário	203
2.1.1.	Modalidades de inventário	203
2.1.1.1.	Inventário judicial.....	203
2.1.1.1.1.	A abertura do inventário judicial.....	203
2.1.1.1.2.	Competência	204
2.1.1.1.3.	Inventariança.....	206
2.1.1.1.4.	Partilha	207
2.1.1.1.4.1.	Considerações gerais.....	207
2.1.1.1.4.2.	Procedimento.....	209

2.1.1.2.	O inventário extrajudicial	210
2.1.1.3.	Outras modalidades de inventário	212
2.1.1.3.1.	Inventário conjunto	212
2.1.1.3.2.	Inventário negativo	213
2.1.1.3.3.	Inventários simplificados	213
2.1.1.3.3.1.	Arrolamento sumário	213
2.1.1.3.3.2.	Arrolamento comum.....	214
2.1.1.3.3.3.	Alvará.....	214
2.2.	Colação.....	214
2.2.1.	Considerações Gerais.....	214
2.2.2.	Os obrigados à colação	215
2.2.3.	Bens sujeitos à colação.....	216
2.2.4.	Cálculo do quinhão hereditário	218
2.3.	Sobrepartilha	219
2.4.	Sonegados	220
2.5.	Aspectos tributários da sucessão	221

PARTE II

O PLANEJAMENTO DAS RELAÇÕES AFETIVAS E SUCESSÓRIAS

1.	O PLANEJAMENTO DO MATRIMÔNIO E DA UNIÃO ESTÁVEL	229
1.1.	A escolha do regime de bens.....	229
1.1.1.	Modalidades	229
1.1.1.1.	Comunhão parcial	229
1.1.1.2.	Separação total	230
1.1.1.3.	Comunhão universal de bens.....	231
1.1.1.4.	Participação final nos aquestos	232
1.2.	Os pactos antenupciais, os contratos de convivência e os contratos de namoro.....	232
1.3.	A alteração do regime de bens	234
1.4.	Constituição do bem de família.....	236
2.	O PLANEJAMENTO NO ÂMBITO DO DIREITO DAS SUCESSÕES	241
2.1.	O planejamento sucessório.....	241
2.2.	Objetivos do planejamento sucessório	242
2.2.1.	A cômoda divisão da herança.....	242
2.2.1.1.	A predeterminação dos quinhões e a conveniência da divisão	242
2.2.1.2.	Incremento ou redução da participação do cônjuge ou companheiro	244
2.2.1.3.	Aumento da participação hereditária do filho em detrimento do cônjuge ou companheiro	246
2.2.1.4.	Benefícios conferidos a descendente ou terceiro em detrimento de outros descendentes.....	246

2.3.	A preservação da herança e a sua manutenção nas mãos do herdeiro	247
2.3.1.	Cláusula de inalienabilidade	248
2.3.2.	Cláusula de impenhorabilidade	249
2.3.3.	Cláusula de incomunicabilidade	250
2.4.	A administração dos bens deixados a menor	252
2.5.	Garantia de sustento	252
2.5.1.	Meios assecuratórios de sustento	252
3.	OS INSTRUMENTOS PRÁTICOS DO PLANEJAMENTO DAS RELAÇÕES AFETIVAS E SUCESSÓRIAS	255
3.1.	Os instrumentos de natureza contratual	255
3.1.1.	Contrato de compra e venda entre ascendente e descendente.....	255
3.1.1.1.	A relevância do contrato de compra e venda entre ascendente e descendente para o planejamento patrimonial	259
3.1.2.	Contrato de doação	260
3.1.2.1.	Conceito.....	260
3.1.2.2.	Modalidades.....	262
3.1.2.2.1.	Doação pura e simples	262
3.1.2.2.2.	Doação com encargo ou modal.....	262
3.1.2.2.3.	Doação com reserva de usufruto.....	262
3.1.2.2.4.	Doação remuneratória.....	263
3.1.2.2.5.	Doação condicional e a termo.....	263
3.1.2.2.6.	Doação conjuntiva	264
3.1.2.2.7.	Doação de ascendentes a descendentes.....	265
3.1.2.2.8.	Doação entre cônjuges	266
3.1.2.2.9.	Doação mediante subvenção periódica	267
3.1.2.2.10.	Doação <i>propter nuptiae</i>	267
3.1.2.2.11.	Doação universal.....	268
3.1.2.2.12.	Doação inoficiosa	268
3.1.2.2.13.	Doação do cônjuge adúltero a seu cúmplice	271
3.1.2.3.	Promessa de doação	273
3.1.2.4.	Revogação de doação.....	275
3.1.2.5.	Aspectos tributários atinentes à doação.....	276
3.1.2.6.	A relevância da doação para o planejamento patrimonial	277
3.1.3.	Contrato de Mandato.....	280
3.1.3.1.	Generalidades	280
3.1.3.1.1.	Conceito	280
3.1.3.1.2.	Modalidades.....	280
3.1.3.1.3.	Obrigações do mandante e do mandatário	282
3.1.3.1.4.	Extinção do contrato de mandato.....	283
3.1.3.2.	A relevância do contrato de mandato para o planejamento patrimonial.....	285
3.1.4.	Contrato de comodato.....	286
3.1.4.1.	Generalidades	286

3.1.4.1.1.	Conceito	286
3.1.4.1.2.	Objeto do contrato	286
3.1.4.1.3.	Prazo de duração.....	286
3.1.4.1.4.	Obrigações do comodatário	287
3.1.4.1.5.	Extinção do contrato de comodato.....	288
3.1.4.2.	A relevância do contrato de comodato para o planejamento patrimonial.....	289
3.1.5.	Seguro de vida.....	290
3.1.5.1.	A relevância do seguro de vida para o planejamento patrimonial.....	292
3.2.	Os instrumentos de natureza real	293
3.2.1.	Usufruto	293
3.2.1.1.	Natureza	293
3.2.1.2.	Prazo.....	294
3.2.1.3.	Modo de constituição	294
3.2.1.4.	Objeto.....	294
3.2.1.5.	Distinção entre o usufruto e institutos afins	296
3.2.1.6.	Obrigações do usufrutuário	297
3.2.1.7.	Causas de extinção do usufruto.....	298
3.2.1.8.	A relevância do usufruto para o planejamento patrimonial.....	299
3.2.2.	Direito real de uso.....	300
3.2.2.1.	Conceito e características	300
3.2.2.2.	Objeto.....	301
3.2.2.3.	Modos de instituição	301
3.2.2.4.	Prazo de duração.....	301
3.2.2.5.	Direitos e deveres do usuário.....	302
3.2.2.6.	A relevância do direito real de uso para o planejamento patrimonial.....	302
3.2.3.	Direito real de habitação	302
3.2.3.1.	Conceito e características	302
3.2.3.2.	Modos de instituição	303
3.2.3.3.	Prazo de duração.....	303
3.2.3.4.	Direitos e obrigações do habitador	304
3.2.3.5.	A relevância do direito real de habitação para o planejamento patrimonial.....	304
3.3.	Os instrumentos de natureza societária	306
3.3.1.	As disposições do contrato social ou estatuto relevantes para o planejamento patrimonial	306
3.3.2.	Constituição de sociedade <i>holding</i>	309
3.3.2.1.	Conceito.....	309
3.3.2.2.	Tipos societários	309
3.3.2.3.	Modalidades.....	312
3.3.2.4.	A conveniência da constituição da holding para o planejamento patrimonial.....	312

3.3.2.4.1.	Vantagens com relação à gestão do patrimônio.....	312
3.3.2.4.2.	Vantagens tributárias	315
3.3.3.	Acordo de sócios.....	317
3.3.3.1.	Acordo de acionistas	317
3.3.3.1.1.	Conceito e natureza jurídica.....	317
3.3.3.1.2.	Partes.....	318
3.3.3.1.3.	Objeto.....	319
3.3.3.1.4.	Modalidades.....	320
3.3.3.1.4.1.	Acordos de voto	320
3.3.3.1.4.2.	Acordos de bloqueio.....	322
3.3.3.1.5.	Averbação e arquivamento	324
3.3.3.1.6.	Prazo de duração.....	325
3.3.3.2.	Acordo de quotistas	326
3.3.3.3.	Execução específica do acordo de sócios.....	328
3.3.4.	Acordo de sócios x <i>holding</i>	332
3.3.5.	A empresa familiar e a governança corporativa	334
3.3.5.1.	Conselho de administração.....	340
3.3.5.1.1.	Conceito	340
3.3.5.1.2.	Competência	341
3.3.5.1.3.	Deveres	342
3.3.5.1.4.	Conselho de administração nas sociedades limitadas	343
3.3.5.1.5.	Conselho de administração nas “empresas familiares”	345
3.3.5.1.6.	Conselho de administração x Conselho consultivo...	348
3.3.5.2.	Conselho de família	349
3.3.5.3.	<i>Family offices</i>	351
3.3.6.	Transformação, incorporação, cisão e fusão.....	354
3.3.6.1.	Transformação.....	354
3.3.6.2.	Incorporação	356
3.3.6.2.1.	Fusão e Incorporação	359
3.3.6.3.	Cisão	360
3.4.	Os instrumentos de natureza financeira	362
3.4.1.	Constituição de previdência privada.....	362
3.4.2.	Os fundos de investimentos	363
3.4.2.1.	Classes de fundos	365
3.4.2.1.1.	Fundos de curto prazo	365
3.4.2.1.2.	Fundos de renda fixa	365
3.4.2.1.3.	Fundos cambiais.....	366
3.4.2.1.4.	Fundos de ações.....	366
3.4.2.1.5.	Fundos multimercados	367
3.4.2.2.	Modalidades.....	367
3.4.2.2.1.	Abertos e fechados	367
3.4.2.2.1.1.	Fundos restritos	368

3.4.2.3.	A relevância dos fundos para o planejamento patrimonial	369
3.5.	Os instrumentos de natureza sucessória	371
3.5.1.	Testamento	371
3.5.1.1.	Conceito.....	371
3.5.1.2.	Formas.....	372
3.5.1.2.1.	Ordinária.....	372
3.5.1.2.1.1.	Público.....	372
3.5.1.2.1.2.	Cerrado	373
3.5.1.2.1.3.	Particular	375
3.5.1.2.2.	Especiais.....	376
3.5.1.2.2.1.	Marítimo e aeronáutico.....	376
3.5.1.2.2.2.	Militar	376
3.5.1.3.	Revogação e rompimento do testamento.....	377
3.5.1.3.1.	Revogação de testamento	377
3.5.1.3.2.	Rompimento do testamento	378
3.5.1.4.	Substituição hereditária	381
3.5.1.4.1.	Substituição vulgar ou ordinária	381
3.5.1.4.2.	Substituição fideicomissária.....	382
3.5.1.4.3.	Substituição compendiosa	384
3.5.1.5.	Testamenteiro	385
3.5.2.	Codicilo	387
3.5.3.	Legados.....	388
3.5.3.1.	Tipos de legado	391
3.5.3.1.1.	Legado de coisas	391
3.5.3.1.2.	Legado de crédito	392
3.5.3.1.3.	Legado de dívida	393
3.5.3.1.4.	Legado de usufruto	393
3.5.3.1.5.	Legado de alimentos.....	394
3.5.3.1.6.	Legado de renda ou de prestações periódicas	395
3.5.3.2.	Caducidade do legado.....	395
3.5.4.	Testamento vital	396
3.5.5.	Cessão de direitos hereditários	400
3.5.6.	Deserdação	405
4.	BIBLIOGRAFIA.....	413